

**EXPEDIENTE:** Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobrelaja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

**imprensa@sintrajusc.org.br**  
**www.sintrajusc.org.br**

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 1.000 exemplares

Nº 992

# STJ deve julgar hoje Dissídios de Greve no Judiciário

Estão previstos para serem julgadas na sessão desta quarta-feira, 24, no STJ, as Petições 7933 e 7939, referentes aos dissídios de greve nas Justiças Eleitoral e Federal. O relator é o ministro Castro Meira e a sessão terá início às 14h. De acordo com o assessor jurídico da Fenajufe, Pedro Maurício Pita, que está em Brasília, o objetivo é atuar para que as petições sejam retiradas da pauta da sessão. Se isso não ocorrer e elas realmente forem a julgamento, o advogado informa que será feita sustentação oral em defesa do direito de greve dos servidores e contrária ao conteúdo das ações.

As ações sustentam que a greve, realizada em junho e em julho deste ano, seja declarada ilegal, com as seguintes alegações: "a] falta de prévia notificação do início da greve; b] falta de contingenciamento mínimo de pessoal para atender atividades essenciais e inadiáveis; e c] caráter 'antidemocrático' da greve para pressionar o Legislativo". Para rebater esse entendimento, a Assessoria Jurídica da Fenajufe entregou, nesta segunda-feira, 22, memoriais ao relator e aos ministros dos STJ.

Nos memoriais, a Assessoria Jurídica, ao reafirmar a legalidade do movimento grevista nas Justiças Eleitoral e

Trabalhista, argumenta que "os servidores do Judiciário Federal e do MPU tentam, por todos os meios, acordo com o Executivo e o Legislativo pela revisão de seus Planos de Cargos e Salários. A existência de projeto de lei, nesse sentido, não desautoriza a greve, que visa precisamente destrancar o processo legislativo. É legítima a greve como meio pacífico de pressão sobre o Legislativo, especialmente pelos servidores, cujos vencimentos são fixados em lei".

O documento sustenta também o entendimento histórico da Federação e de outras entidades sindicais dos servidores públicos de que, com a falta do direito à negociação coletiva de teor econômico no serviço público, diferentemente do que ocorre com as demais categorias de trabalhadores, só resta aos servidores a mobilização.

Ao final, a Fenajufe, por meio dos memoriais elaboradas pela Assessoria Jurídica, reivindica, entre outras coisas, que sejam anuladas as Petições 7933 e 7939, desde o despacho que as remete a julgamento, determinando-se a realização de audiência de conciliação e o saneamento do processo, para que seja facultada às partes a indicação das provas a produzir (CPC, art. 331 e CLT, art. 860).

## Ato hoje, das 15 às 16h, no TRT

**A possível votação é mais um motivo para que os servidores participem do Ato de hoje. Também nesta quarta haverá manifestação dos servidores na frente do STF e, para amanhã, está agendada reunião da Fenajufe com o ministro do STF Cezar Peluso. USE O ADESIVO E VENHA PARA A LUTA EM DEFESA DO DIREITO DE GREVE.**



# NOTA DA FENAJUFE SOBRE OS PCSs

*A Fenajufe elaborou nota na qual explica os motivos que levam a categoria a lutar pela aprovação de seus PCSs Além disso, procura desmistificar algumas informações equivocadas, veiculadas nos jornais da grande imprensa, a respeito das propostas de revisão salarial dos servidores e rebater declarações de alguns setores do governo federal de que não há recurso para aprovar e pagar os novos PCSs (Judiciário e MPU). A Fenajufe encaminhou o texto aos principais jornais da grande imprensa. Confira a nota:*

## **BASTA DE SALÁRIOS DEFASADOS**

Os servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União de todo o país há dois anos vêm lutando para recompor as perdas salariais, tentando aprovar os projetos que revisam seus Planos de Cargos e Salários [PL 6613/09 e PL 6697/09], atualmente em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Sem aumento real há quatro anos, uma vez que ao final de sua implementação o atual plano já estava defasado devido ao parcelamento em quatro vezes, a categoria vem enfrentando ainda, ao longo das últimas décadas, o desrespeito à data-base, a falta de uma política salarial para o conjunto do funcionalismo público e a ameaça concreta de um congelamento salarial nos próximos dez anos, caso o Projeto de Lei Complementar nº 549/09 seja aprovado na Câmara dos Deputados.

Desde que os PCSs foram encaminhados à Câmara dos Deputados, após uma grande greve de quase dois meses no final de 2009, os servidores continuam lutando para que o Congresso Nacional aprove a revisão salarial ainda este ano e sua implementação se dê a partir de janeiro de 2011. Em meados de maio, os servidores em todo o país deflagraram novo movimento grevista, que garantiu a aprovação dos projetos na Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público da Câmara. No entanto, após o envio dos projetos à Comissão de Finanças, nenhum avanço foi obtido, mesmo com a constante pressão por parte da categoria.

As dificuldades e os ataques vêm de todas as partes. Primeiro, das cúpulas do Judiciário Federal e do MPU, que não assumiram, efetivamente, a mediação junto ao Executivo para que as negociações em relação aos projetos avançassem. Segundo, do governo federal, que vem demonstrando claramente sua indisposição, a partir de posicionamentos expressados por setores da área econômica, de conceder reajuste salarial aos servidores, em especial aos do Judiciário Federal e do MPU. E terceiro, dos veículos da grande imprensa que, como aconteceu em todos os outros planos de cargos e salários, têm se utilizado de inverdades para colar a falsa ideia de que trata-se de um reajuste alto, sem apresentar à população os verdadeiros motivos que levam a categoria a lutar pela aprovação dos PLs 6613/09 e 6697/09.

Os jornais e o governo falam em 56% de reajuste, mas escondem que esse índice não recairá sobre a folha, sendo apenas em cima do salário base, sem incidir

sobre vantagens pessoais, funções comissionadas [FCs] e cargos em comissão [CJs]. Também não explicam que, conforme ocorreu nos planos anteriores, a implementação da revisão salarial se dará de forma parcelada e que, ao final, a tabela já estará defasada, uma vez que a mesma foi elaborada no início de 2009.

Pesa também o fato de o governo insistir que não dispõe dos recursos necessários para aprovar os projetos e garantir o reajuste dos servidores. O que é falso, pois estudos apontam que os valores destinados no Orçamento de 2010 para despesas com pagamento de pessoal ativo, aposentado e pensionista, não foram totalmente executados, para, entre outras coisas, pagar juros da dívida. E essa sobra, de acordo com o estudo, corresponde a um valor acima do necessário para implementar os dois planos de cargos e salários.

## **Luta é pela proposta original de reajuste**

Outra realidade que precisa ser ressaltada é que a categoria, reunida nos vários fóruns promovidos pela Fenajufe e sindicatos de base, reafirma sua deliberação, resultado de um amplo debate promovido ao longo dos últimos dois anos, em defesa intransigente dos PLs 6613/09 e 6697/09. Portanto, para a Fenajufe, discutir neste momento qualquer alternativa que seja diferente do que foi aprovado pela maioria dos servidores, pode atrasar ainda mais o fechamento de um acordo entre o STF, a PGR e o governo federal.

Além disso, a categoria está insatisfeita e repudia, com veemência, o fato de a proposta de Lei Orçamentária Anual [LOA] não trazer os recursos necessários aos projetos, mas, por outro lado, prever o montante do reajuste dos magistrados e membros do MPU, cuja aprovação já está praticamente garantida no Congresso Nacional.

Diante de todas essas dificuldades e passado o processo eleitoral, os trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU exigem que o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, e o Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, assumam o protagonismo no processo de negociação junto à Presidência da República, buscando valorizar seu quadro de funcionários que, efetivamente, é quem garante à população o acesso à justiça.

Nesta quarta-feira, 24 de novembro, os servidores, que deflagraram nova greve por tempo indeterminado desde o último dia 17, realizarão ato público em frente ao STF, em Brasília, a partir das 15h. Atualmente, oito estados já estão com seus trabalhos parados e os demais marcaram novas paralisações para esta semana, visando a construção da greve por tempo indeterminado. A Fenajufe reforça ser favorável ao diálogo com as instituições responsáveis pelo encaminhamento dos projetos, mas infelizmente não é o que vem ocorrendo, e explica que, diante dessas dificuldades, a greve deflagrada neste momento é a única maneira de forçar o andamento das negociações. Por isso, os servidores virão a Brasília participar do ato público e mostrar às cúpulas do Judiciário e do MPU a unidade da categoria em defesa de sua revisão salarial.